



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



DARLENE CRISTINA DANTAS DA SILVA

**INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO
REGULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2013

DARLENE CRISTINA DANTAS DA SILVA



**INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO
REGULAR NO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Curitiba.

Orientador(a): Prof. Luci Inês Bassetto

CURITIBA

2013



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

Inclusão de criança com deficiência auditiva no ensino regular no município de
Itapetininga

Por

Darlene Cristina Dantas da Silva

Esta monografia foi apresentada às 14h30m do dia **06 de Dezembro de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em **Gestão Pública Municipal**, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. A candidata foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **aprovado**.

Prof^ª. Dr. Luci Ines Basseto
UTFPR – Câmpus Curitiba
(orientadora)

Prof Dr. Luiz Antonio Bernardes
UTFPR – Câmpus Curitiba

Prof *MsC.* Sergio Tadeu Gonçalves Muniz
UTFPR – Câmpus Curitiba

À minha família, ao meu esposo Marcel e ao meu filho Rafael pela compreensão das minhas ausências, quando foi preciso estar nos momentos de estudo.

AGRADECIMENTOS

Há muitas pessoas às quais seria importante agradecer e mensurá-las me faria esquecer, entretanto, em nome de todos os que me auxiliaram nesta etapa de mim vida, gostaria de agradecer de forma especial e peculiar:

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais e avós, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha Psicóloga Elleina pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu em sua casa e pela prestabilidade com que me ajudou.

À minha orientadora professora Luci, que me orientou e pela paciência diante das necessidades imperiosas que tive durante a fase da monografia.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Ensino de Ciências, professores da UTFPR.

Agradeço aos tutores presenciais Daniele e Solange e aos tutores a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Tudo posso Naquele que me fortalece”.

(Fifipenses 4:13)

RESUMO

SILVA, D. C. D. **Inclusão de criança com deficiência auditiva no ensino regular no município de Itapetininga.** 2013. 37p. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

O presente trabalho visa relacionar o conceito de inclusão na rede Municipal de ensino na cidade de Itapetininga, com crianças de 05 a 12 anos de idade, bem como a forma de inclusão está ocorrendo. Ao longo dos séculos houve uma série de mudanças conceituais sobre a deficiência e sobre o tratamento dispensado pela sociedade aos cidadãos que apresentavam dificuldades motoras, mentais ou sensoriais de qualquer nível.

Ao repensarmos a situação do processo inclusivo, nos remetemos a uma ideia de uma sala de aula com diversas crianças com ou sem qualquer tipo de deficiência. Entretanto, esta realidade ainda se encontra um pouco distante.

No capítulo 1, abordaremos a revisão de literatura, permeando questões sobre os aspectos gerais da deficiência, buscando compreender conceitos técnicos da deficiência auditiva e como a criança com deficiência auditiva se desenvolve e os tipos de tecnologias hoje existentes para a reabilitação auditiva. O capítulo 2, versará sobre as questões metodológicas, bem como sobre os aspectos históricos da inclusão no município de Itapetininga, quantidade de alunos incluídos, perfil desses alunos, e a rede de apoio de tratamento especializado oferecido em nosso município, a saber: AADAI, AEE e FUNCRAF.

A educação especial não mais pode ser olhada como um sistema paralelo à educação geral e sim dela faça parte como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviço de apoio, que facilitem a aprendizagem de todos esses alunos incluídos no ensino regular.

ABSTRACT

SILVA, D. C. D. **Inclusion of children with hearing disability in mainstream education in the city of Itapetininga.** 2013. 37p. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

The present work aims to relate the concept of inclusion in Municipal schools in the city of Itapetininga with children aging from 05 to 12 years old, as well as the form of inclusion is occurring. Over the centuries there have been a series of conceptual changes on disability and on the treatment by society citizens who had motor, sensory or mental difficulties at any level.

In Chapter 1, we discuss the literature review, permeating questions about general aspects of disability, seeking to understand technical concepts of hearing loss and how the child with hearing loss is developed and the types of existing technologies for hearing rehabilitation. Chapter 2 will focus on methodological issues as well as the historical aspects of inclusion in Itapetininga, number of students included, listing these students, and support of specialized treatment offered in our county network, namely: AADAI, AEE e FUNCRAF.

Special education can no longer be seen as a parallel to the general education system, but part of it as a set of learning resources and support services that facilitate the learning of all these students included in regular education .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação esquemática do Sistema Auditivo22

Figura 2 - Representação do espectro de sons de fala plotados em um audiograma padrão. A área sombreada representa a área que contém a maioria dos elementos da linguagem falada e os traços coloridos e as setas referem-se aos graus de perda auditiva, conforme classificação de Northern & Downs (1984).24

Sumário

1. INTRODUÇÃO	18
1.1. Problemática	19
1.2. Justificativa	19
1.3. Objetivos.....	19
1.3.1. Objetivo Geral	19
1.3.2. Objetivos Específicos	19
1.4. Delimitação do Tema.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. Subseção 1	29
2.2. Subseção 2	31
2.3. Subseção 3	32
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1. Tipo de Estudo	37
3.2. Elementos do Estudo	38
3.3. Instrumento e Processo de Coleta de Dados	38
3.4. Tabulação e Análise.....	38
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	38
5. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS.....	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão é muito recente se comparado a trajetória secular de exclusão. Ao longo dos séculos houveram uma série de mudanças conceituais sobre a deficiência e sobre o tratamento dispensado pela sociedade aos cidadãos que apresentavam dificuldades motoras, mentais ou sensoriais de qualquer nível.

Ao repensarmos a situação do processo inclusivo, nos remetemos a uma ideia de uma sala de aula com diversas crianças com ou sem qualquer tipo de deficiência. Entretanto, esta realidade ainda se encontra um pouco distante.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial, ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão” (BRASIL, 2007, p. 01). A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas e sejam de fato incluídos e não apenas *inseridos*.

Assim, o presente trabalho visa relacionar o número de inclusão na rede municipal de ensino na cidade de Itapetininga, com crianças de 05 a 12 anos de idade, bem como a forma como a inclusão está ocorrendo, levando as dificuldade auditivas com cada criança e adolescente.

1.1. Problemática

A recente evolução da Educação no Brasil vem nos permitindo repensar as questões inclusivas nas redes educacionais. Existe Inclusão? Há crianças realmente incluídas nas redes regulares ou estão apenas frequentando o Atendimento Educacional Especial (AEE)? Essas perguntas que nos inquietam nos permite refletir e pesquisar sobre o tema proposto.

1.2. Justificativa

Tendo em vista as mudanças atuais de paradigmas educacionais, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular e as múltiplas dificuldades decorrentes disso, a compreensão da forma como essa inclusão acontece, bem como o apoio especializado técnico direcionado a estes estudantes e ao professor, faz-se necessário uma análise dessas relações, visando um olhar mais crítico e real das necessidades dos alunos incluídos.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar a forma de inclusão de crianças com deficiência auditiva inseridas no ensino regular do Município de Itapetininga. E, como objetivos específicos descrever:

1.3.2. Objetivos Específicos

- a) Identificar a população de crianças deficientes auditivas no Município de Itapetininga.
- b) Verificar se há a inclusão de todos.
- c) Verificar os acompanhamentos técnicos especializados para estas crianças.

1.4. Delimitação do Tema

A presente pesquisa será realizada junto as escolas de Ensino Municipal na cidade de Itapetininga, levando-se em consideração as referências obtidas através da Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga (AADA) durante o período letivo de 2013). Será verificado ainda se há acompanhamento especializado em Instituições da cidade a saber: AADA, FUNCRAF e AEE.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma maior compreensão do exposto, dividiremos o presente trabalho em capítulos, que se agruparão por semelhança de assuntos, a seguir:

No capítulo 1, abordaremos a revisão de literatura, permeando questões sobre os aspectos gerais da deficiência, buscando compreender conceitos técnicos da deficiência auditiva e como a criança com deficiência auditiva se desenvolve e os tipos de tecnologias hoje existentes para a reabilitação auditiva. O capítulo 2, versará sobre as questões metodológicas, bem como sobre os aspectos históricos da inclusão no município de Itapetininga, quantidade de alunos incluídos, perfil desses alunos, e a rede de apoio de tratamento especializado oferecido em nosso município, a saber: AADA, AEE e FUNCRAF.

Capítulo 1

1. Aspectos Gerais da Deficiência Auditiva

A audição é um dos sentidos mais importantes para a vida humana. É a chave para a comunicação oral e uma forma de perceber o mundo. Dependendo do período de aquisição, do grau, do tipo e da etiologia da perda auditiva ocorrem diferentes consequências e impactos, tanto a nível social, linguístico, cognitivo como emocional. Quando a perda auditiva é congênita a criança deixa de estar exposta ao estímulo da comunicação oral desde a vida intrauterina, provocando a privação da percepção dos sons do meio ambiente e, em especial da fala, acarretando alterações linguísticas, psicológicas e comportamentais importantes na vida da criança deficiente auditiva

independente do grau da perda auditiva. Se a perda auditiva for adquirida após o nascimento, dependendo da idade, grau e etiologia, as implicações no desenvolvimento de linguagem serão distintas.

Assim, a linguagem, constitui-se talvez no principal meio pelo qual nos integramos na sociedade. É através dela que expressamos nossas ideias, opiniões, desejos e sentimentos.

Segundo Capovilla (2000), é pela linguagem que a criança aprende sobre o mundo beneficiando-se da experiência a ela delegada, indo além das meras imitações e observações diretas. Assim, o déficit auditivo constitui-se em um fator importante, visto acarretar problemas que vão além do comprometimento de fala, interpondo-se a atrasos no desenvolvimento cognitivo e social, pela inabilidade de compreensão e de argumentação apresentados.

A deficiência auditiva é um problema internacional e da população mundial com idade inferior a 15 anos, aproximadamente 62 milhões têm perda auditiva permanente (SMITH, 2003); dois terços (41 milhões) habitam em países em desenvolvimento (OLUSANYA, 2005). Estima-se que, no Brasil, de três a quatro crianças em 1000 nascem surdas, aumentando para dois a quatro em cada 100 recém-nascidos (RN) quando provenientes de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (BARREIRA-NIELSEN et al., 2007). Estudo de base populacional, inédito no Brasil e na América Latina, em Canoas (RS), um município com aproximadamente 200 mil habitantes, constatou perdas auditivas leves em 19,3% dos sujeitos entrevistados e perdas auditivas incapacitantes em 6,8% (BÉRIA et al., 2004).

O desenvolvimento auditivo segue etapas graduais de complexidade, tendo início já na vida intra uterina. Assim, para que uma criança adquira a linguagem e desenvolva sua fala, deve ser capaz de detectar sons, localizá-los, discriminá-los, memorizá-los, reconhecê-los e finalmente compreendê-los (SILVEIRA, 1992; SILVEIRA et al., 1996; BUTUGAN et al., 2000; NOBREGA, 1994). Quaisquer dessas etapas, especialmente as iniciais, são de grande importância para que todo o processo se complete (KNOTT, 2001; PÁDUA, et al., 2005) e sua interrupção levará, conseqüentemente, a prejuízos funcionais importantes no desenvolvimento da criança.

Conforme Speri (2013), a integridade do sistema auditivo torna-se fundamental para que o indivíduo escute e compreenda apropriadamente. O sistema auditivo periférico consiste basicamente em duas partes: a periférica (composto pela orelha externa, orelha média e orelha interna) e a central formada pelas vias do tronco cerebral e centros auditivos do cérebro). A orelha externa tem como função principal captar o estímulo sonoro e levá-lo à orelha média. A orelha média amplifica e conduz o som até a orelha interna. A orelha interna recebe este estímulo e o transforma em impulsos nervosos. Os impulsos nervosos serão enviados ao cérebro pelo nervo auditivo. É no cérebro, portanto, que se dará a compreensão do foi escutado. Tal explicação pode ser observada na figura 1 abaixo.

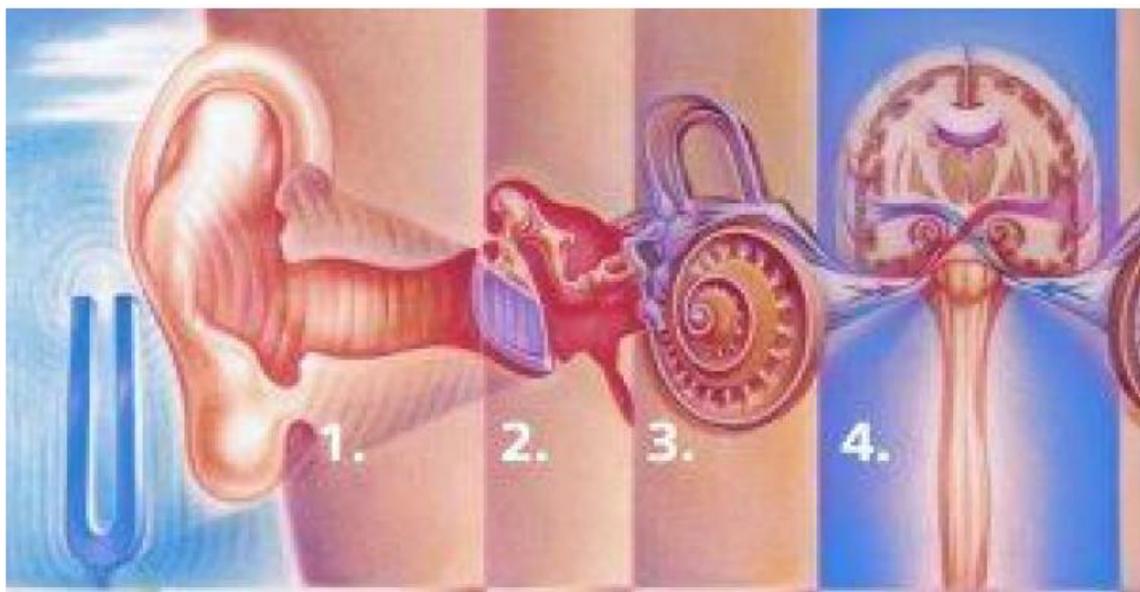


Figura 1. Representação esquemática do Sistema Auditivo

Legenda: 1. Orelha externa, 2. Orelha média, 3. Orelha interna, 4. Vias auditivas centrais.

Fonte: http://www.betterhearing.org/hearing_loss/how_we_hear/how_you_hear_detail.cfm

1.1. Tipos de perdas Auditivas

De acordo com Speri (2003), as perdas se diferem em **termos condutivos**: quando a alteração encontra-se no orelha externa e/ou orelha média, podendo ser reversível ou parcialmente reversível após determinado tipo de tratamento medicamentoso ou cirúrgico. Um exemplo de fator causador de perda auditiva condutiva é a infecção de orelha recorrente; em **termos sensoriais**, que é quando a alteração ocorre na orelha interna, de caráter irreversível, tendo como exemplos meningite, fatores genéticos, exposição à medicação ototóxica, fatores relacionados à prematuridade, rubéola ou toxoplasmose materna, exposição a alto nível de pressão sonora (ruído), envelhecimento, entre outros; em **termos mistos** que ocorre quando a alteração auditiva está localizada na orelha externa e/ou média e também na orelha interna que pode ocorrer, por exemplo, devido a fatores genéticos (como malformação dos ossículos da orelha média ou na cóclea), infecções crônicas de orelha, otosclerose (enrijecimento e/ou fixação do sistema dos ossículos da orelha média); e finalmente em **termos centrais**, onde a alteração pode se localizar a partir do tronco cerebral até as regiões subcorticais e córtex cerebral.

1.2. Níveis de Perdas Auditivas

Os níveis de limiares utilizados para caracterizar os graus de severidade da deficiência auditiva podem ter algumas variações entre os diferentes autores.

Segundo os critérios de Northern e Downs (1984):

Audição Normal- Limiares entre 0 a 15 dB nível de audição

Perda Auditiva Discreta ou Mínima – Limiares entre 16 e 25 dB

Perda Auditiva Leve- Limiares entre 26 a 40 dB nível de audição

Perda Auditiva Moderada- Limiares entre 41 e 65 dB

Perda Auditiva Severa- Limiares entre 66 e 95 dB

Perda Auditiva Profunda - Limiares acima de 96 dB

A principal consequência de uma de deficiência auditiva reside em sua repercussão no desenvolvimento da linguagem e fala, o que poderá interferir diretamente em todo o processo de aprendizagem e no desenvolvimento integral (BRASIL, 2008).

Valle ressaltar que para cada tipo, grau e características da deficiência auditiva há opções educacionais apropriadas, que devem contar com a avaliação e a intervenção de equipes interdisciplinares.

Observa-se, na Figura 2 abaixo, que todos os graus de perda auditiva acarretam em algum prejuízo na percepção dos sons da fala.

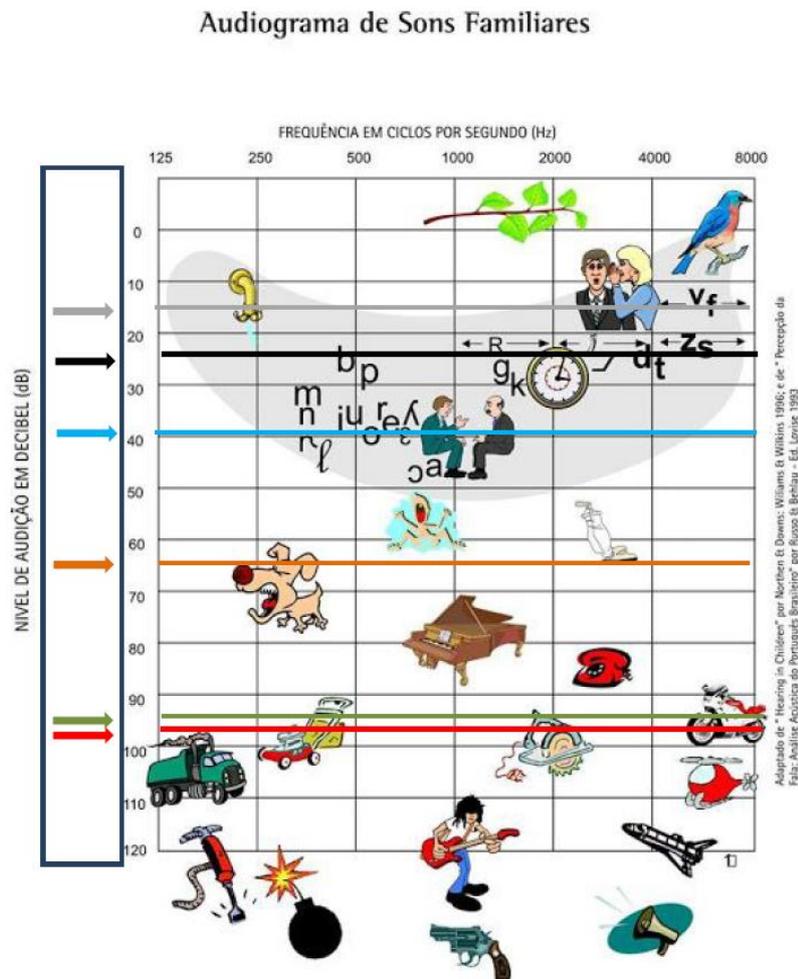


Figura 2. Representação do espectro de sons de fala plotados em um audiograma padrão. A área sombreada representa a área que contém a maioria dos elementos da linguagem falada e os traços coloridos e as setas referem-se aos graus de perda

*auditiva, conforme classificação de Northern & Downs (1984).
Fonte: <http://fonoaudiologarj.blogspot.com.br/2012/12/a-audiometria-e-o-audiograma.html>.*

Ferreira (2004) e Almeida (2003) descrevem as consequências da perda auditiva bilateral de acordo com o tipo e grau da perda.

A perda auditiva discreta com limiar audiométrico de 16 a 25 dB, causada mais frequentemente por uma alteração condutiva, permite que a criança ouça os sons das vogais, mas dificulta a adequada percepção das consoantes. Quando se considera o nível de ruído presente no ambiente e a distância existente entre o falante e o ouvinte, esta criança pode perder de 25 a 40% do sinal de fala (FERREIRA, 2004; ALMEIDA (2003).

A perda de audição leve com limiar audiométrico de 26 a 40 dB faz com que alguns sons da fala e consoantes sonoras já não sejam mais percebidas.

Assim, crianças com esta perda apresentam disfunção de aprendizado auditivo, retardo leve de linguagem e da fala, e falta de atenção (FERREIRA, 2004; ALMEIDA, 2003).

Para Bellis e Ferre (1999), o processamento auditivo das informações é primordial para a compreensão da linguagem e para o aprendizado e, assim sendo, a identificação da natureza do prejuízo auditivo contribui para direcionamento da intervenção. Além disso, a literatura aponta que há relação entre alterações de aquisição e desenvolvimento de fala e linguagem e o desempenho nas habilidades de localização, memória de sequência verbal e não verbal e do processamento auditivo (BEFI e CARVALLO, 1998; SCHOCHAT, 1999; GARCIA, 2001; GIL et al., 2002).

Já em 1978, Skinner (1978), realizou uma série de estudos, relatando as dificuldades que uma criança, em fase de aprendizagem da linguagem, pode apresentar quando tem perda auditiva de grau leve; dentre estas, vale ressaltar:

- ✓ *A perda da constância das pistas auditivas quando a informação acústica flutua:* isso faz com que a criança não tenha certeza do que de fato está ouvindo, o que dificulta a aquisição de um código acústico que define o que é dito;
- ✓ *Confusão dos parâmetros acústicos na fala rápida:* Quando a fala acontece em ritmo acelerado, estas pistas acústicas se tornam ainda mais indefinidas, possibilitando à criança portadora de perda auditiva leve

uma maior dificuldade para realizar a análise acústica dos sons da fala que ouve, podendo, dessa forma, levá-la a cometer erros na hora de empregar este ou aquele fonema.

- ✓ *Confusão na segmentação e na prosódia:* Perdas auditivas leves podem fazer com que a criança não escute estas informações tão sutis e importantes que dão significado à linguagem.
- ✓ *Mascaramento em ambiente ruidoso:* O nível de ruído de nossas salas de aula e da nossa vida moderna faz com que a relação sinal/ ruído esteja bem abaixo do desejado para que a criança encontre um ambiente adequado para o aprendizado da linguagem, assim qualquer alteração na acuidade auditiva da criança, mesmo a mais leve, piora muito sua capacidade para perceber a fala em presença de ruído, o que por sua vez prejudica o seu aprendizado.
- ✓ *Abstração errônea das regras gramaticais:* Muitos dos vocábulos emitidos por um falante são de curta duração ou pouco intensos, o que faz com que o portador de uma deficiência auditiva leve tenha dificuldade para identificar as relações entre as palavras e a entender a morfologia da gramática de sua língua.

1.3. Visão geral dos recursos eletrônicos auxiliares da audição e outras tecnologias

Como forma a suprir as perdas auditivas, existem recursos eletrônicos capazes de auxiliar na comunicação e conseqüentemente na aprendizagem destas crianças. Há ainda a possibilidade do ensino de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, sendo essa a língua materna dos surdos.

Assim há disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) as seguintes tecnologias:

Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI): é um sistema que capta o som do meio ambiente, aumenta sua intensidade e processa o sinal sonoro e o fornece amplificado, ao usuário. Pode ser adaptado em variados graus de perdas auditivas.

Implante Coclear (IC): trata-se de uma prótese computadorizada, cirurgicamente implantada, que imita parcialmente a função das células da orelha

interna, possibilitando ao indivíduo a sensação de audição. É indicado, após avaliação de equipe interdisciplinar, em casos de perdas severas e profundas.

Sistema de Frequência Modulada (FM): mecanismo eletrônico que se utiliza de ondas de rádio para a propagação do sinal sonoro. Esse é o método de difusão de sinal mais importante e mais largamente usado, principalmente com a finalidade educacional, pela alta fidelidade sonora, pouca possibilidade de interferência de sinais indesejáveis e uso individual e coletivo sem a necessidade de modificação estrutural da sala de aula. Seu funcionamento básico ocorre da seguinte forma: a pessoa que fala usa ou detém um microfone transmissor (ou coloca este no meio de um grupo). Este transmissor capta os sons de fala e usa ondas de rádio para enviá-los a um ou mais receptores FM ou a caixas de som acopladas aos receptores. Assim, o receptor do Sistema FM pode ser de uso pessoal (receptores ligados aos AASIs ou ICs ou mesmo fones de ouvido para as pessoas com audição normal) ou ainda de uso coletivo, em sistema de amplificação em campo ou SoundField (receptor acoplado a um ou mais alto-falantes distribuídos estrategicamente em uma sala). Este tipo de arranjo do sistema FM é utilizado principalmente em salas de aula para evitar o esforço vocal dos professores e para garantir uma relação sinal/ruído adequada para pessoas ouvintes ou sem perda auditiva periférica (JACOB & QUEIROZ-ZATTONI, 2011).

1.5. Aspectos Legais da Deficiência Auditiva

Como bases legais que fomentam as questões auditivas, temos os pressupostos que seguem:

Lei nº 7.853/89 - dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Em seu Artigo Primeiro, estabelece a Política Nacional para a Integração da pessoa com Deficiência, ressaltando que a mesma compreende um conjunto de orientações normativas com o objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos individuais das pessoas com deficiência.

Artigo 16 – III -a criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

Quanto a obrigatoriedade dos serviços especializados, há subsídios legais na **Portaria 587 de 07 de outubro de 2004**, que em seu artigo primeiro, determina que as Secretarias de Estado de Saúde dos estados adotem as providências necessárias à organização e implantação das Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva.

Capítulo 2 – A Inclusão Escolar de Deficientes Auditivos no Município de Itapetininga: aspectos gerais

2.1. Breve Histórico da inclusão escolar

E é nesse contexto que vimos a inclusão escolar de crianças com deficiência auditiva. Para tanto, se faz necessária uma análise anterior a este ponto, ou seja, qual o momento em que estamos estas crianças estão inseridas dentro do processo inclusivo-educacional.

Desde a Antiguidade, as pessoas com qualquer tipo de deficiência eram visto como perigosas e portanto, deveriam ser excluídas de qualquer tipo de contato com a sociedade.

Nos últimos anos, como resultado da luta das próprias pessoas com deficiência e de seus familiares, vem ganhando espaço na sociedade a proposta de romper com os tradicionais paradigmas segregativos e a consequente adoção de procedimentos que possam contribuir e garantir a essas pessoas as condições necessárias à sua participação como sujeitos sociais.

Este processo adquiriu força com a Declaração de Salamanca (1997), que propôs o paradigma de inclusão social, afirmando a necessidade de todos se comprometerem com a eliminação das barreiras que vêm excluindo uma parcela considerável da população mundial, a das pessoas com deficiências física, sensorial e mental.

Mais recentemente, este movimento obteve força ainda maior, com novos documentos nacionais e internacionais, como: a **“Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de**

Deficiência”, fruto de evento promovido pela OEA – Organização dos Estados Americanos, na Guatemala, em 1999, sendo o Brasil o signatário do referido documento; o “**Decreto nº 5296/2004**” que regulamenta as leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelecendo “normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, p. 7); a “**Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**”, (BUENO, 1999) a qual, diferentemente do documento da Política Nacional da Educação Especial anterior, de 1994, traça todas as diretrizes e normas para esta modalidade educativa – a Educação Especial – pautada numa perspectiva de educação inclusiva, não mais segregativa, que não admite sequer programas substitutivos ao ensino comum, como as classes e escolas especiais; e o documento mais recente, agora com status de constituição federal, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, também conhecido como Convenção da ONU, de 2007 (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, a garantia do cumprimento das normativas contidas nesses documentos passa pela política de formação do professor e a existência de um projeto político pedagógico que conheça tais diferenças e garanta a construção de uma escola para todos, assentado no princípio social da inclusão.

Isso implica em preparar os professores para que estejam comprometidos com a aprendizagem e o desenvolvimento de seus alunos, atentos para as diversidades de modo geral.

O perfil da formação do professor do ensino normal há de configurar-se em competências pedagógicas amplas e específicas, cujo prisma reporte a responsabilidade do saber; a dinâmica conceitual da criticidade e praticidade do saber fazer, que no bojo da flexibilidade metodológica do avaliar, estejam compatíveis com a diversidade real do mundo socioeducativo dos seus aprendizes.

Desse modo, entende-se que o ângulo da qualificação do profissional do ensino regular requer uma prática educativa em que a cientificidade do conhecimento esteja no intento de instrumentalizar o seu processo de ensino-aprendizagem diante da própria perspectiva do aprender do aluno. Admite-se que, para tais subsídios teóricos devam ser implementados os conteúdos curriculares, previamente caracterizados nos

eixos das disciplinas de ensino, conteúdos sobre adequações de acesso a estes currículos, em nível de informações teóricas e metodológicas que abordem temáticas sobre a educação especial e de educandos com necessidades especiais.

As discussões que hoje permeiam o processo educacional de alunos com necessidades educacionais especiais, voltam-se para que as ações educativas se façam assentadas nos pressupostos de uma educação inclusiva, implicando na formação de um professor cujo perfil de atuação seja compatível com a evolução dos conceitos educacionais que hoje apontam para a educação desse segmento escolar.

Sendo assim, é de vital importância contextualizar conhecimentos com toda a escola, seres docentes, técnicos e profissionais que diretamente fazem dinâmica do funcionamento continuamente na evolução de seus aprendizes: conhecimentos tais, acerca da deficiência auditiva, suas implicações e restrições para a comunicabilidade oral e escrita, suas possibilidades e intervenções psicopedagógicas com propostas de currículos viáveis ao aprendizado destes portadores de necessidades especiais, como por exemplo, a língua de sinais, bilinguismo, metodologias que vem contribuir em sua inserção acadêmica de fato, e de efeito à perceber-se comum nas etapas ciclos de aprendizado, com direitos de ler e escrever, expressar-se no tipo de linguagem por estes escolhidos no momento de sua inclusão.

A inclusão representa, portanto um grande desafio para as escolas que estão sendo chamadas para levar em conta a ampla diversidade das características e necessidades dos alunos, adotando um modelo nele centrado e não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas, no ensino.

O princípio fundamental da escola inclusiva é de que os alunos sempre que possível devem aprender juntos independentemente de suas dificuldades ou diferenças. A ideia subjacente nesse princípio é a de que as escolas devem adequar-se a todos os alunos, qualquer que seja sua condição física, social, emocional, linguística ou de outro tipo.

Nessa perspectiva, vários países, estão realizando uma profunda revisão dos paradigmas que até então tem orientado a atenção dos alunos. Assim tem-se

reconhecido um novo conceito para as necessidades educativas especiais, que embora esteja diretamente ligado a educação especial.

2.2. Público Alvo Inserido na rede educacional regular municipal

Gostaríamos de ressaltar a dificuldade apresentada para a aquisição de tais dados, tendo em vista não haver no momento no município nenhuma tabulação específica a respeito junto à Secretaria de Educação ou à SEADS. Os dados apresentados, relacionam-se a conversas entre as redes de Apoio AADI e FUNCRAF – detalhadas no tópico seguinte.

Desta feita, atualmente no município de Itapetininga, há em processo de inclusão escolar na rede municipal, 15 crianças com idades entre 05 à 12 anos.

Destas todas frequentam a rede de apoio, sendo que as mesmas funcionam em contra turno escolar.

2.3. Redes de Apoio

2.3.1. O Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A educação especial não mais pode ser olhada como um sistema paralelo à educação geral e sim dela faça parte como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviço de apoio, que facilitem a aprendizagem de todos esses alunos incluídos no ensino regular.

Outrossim, o desafio das escolas comum e especial é o de tornar claro o papel de cada uma, pois uma educação para todos, não nega nenhuma delas. Se os compromissos educacionais dessas não são sobrepostos, nem substituíveis, cabe a escola especial complementar a escola comum, atuando sobre o saber particular que invariavelmente vai determinar e possibilitar a construção do saber universal.

Partindo desse pressuposto, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que busca em supremacia um apoio educacional de qualidade, buscando as especificidades de cada aluno e favorecendo desta forma a aquisição mais adequada da aprendizagem. Tal proposta, se faz em consonância com os fundamentos Legais que seguem.

A Lei nº 7.853/89 regulamentada pelo Decreto 3.298/99 do Ministério da educação afirma que as escolas públicas e privadas deverão oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais um programa de apoio aos que estiverem inseridos no sistema de ensino regular. Essa mesma Lei defende o direito do aluno especial e estabelece como crime se qualquer estabelecimento de ensino se recusar a atender, suspender ou cancelar sem uma justa causa a inscrição desse aluno, por motivos vindos de sua deficiência.

O Ministério da Educação por meio da resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, garante que o atendimento escolar desses alunos se inicie na educação infantil, garantindo-lhe os serviços de educação especial sempre que comprovado após uma avaliação a necessidade de atendimento educacional especializado. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, e é de responsabilidade das escolas se organizarem para o atendimento dos educando com necessidades especiais, garantindo assim uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

O Decreto 6571/08 de 17 de setembro de 2008, onde o Ministério da Educação afirma que a União prestará apoio financeiro e técnico aos sistemas públicos de ensino, apresenta como finalidade a ampliação do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, que estão matriculados na rede de ensino regular público. Esse atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, ter o envolvimento e a participação da família, é importante ser realizado junto com as demais políticas públicas.

Com isso, o maior objetivo do Atendimento Educacional Especializado passa a ser o de promover condições de acesso e aprendizagem no ensino regular, aos alunos com deficiências e promover o desenvolvimento de recursos pedagógicos para ajudar no processo de aprendizagem (BRASIL, 2008).

Atualmente, a história da educação inclusiva na cidade de Itapetininga é escrita através da implementação das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ao Serviço de Apoio à Educação Inclusiva (SAEDI). Ambos surgiram a partir da necessidade impreterível de se ter uma equipe especializada que se voltasse às questões educacionais específicas dos alunos e que estivessem em consonância às caracterizações

exigidas pelo Ministério da Educação, onde os profissionais especialistas estariam aptos a realizar as devidas orientações aos casos, além de tomarem providências que fossem necessárias para a inclusão desses alunos nas salas de ensino regular.

De acordo com Rodrigues (2011), devido à implantação do Programa de Aceleração Continuada para os discente com repetências constantes as séries iniciais do ensino fundamental, na tentativa de correção de fluxo, passou-se a um atendimento de emergência à população que chegava as Unidades Escolares com deficiência e com isso, o município viu-se na necessidade de aderir ao Programa de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, programa este apresentado e implantado pelo Governo Federal em todo o País.

Assim, o SAED passou a trabalhar em prol dos professores que recebiam tais alunos em suas classes oferecendo orientações, fazendo adaptações necessárias. Avaliando alunos em suas habilidades e competências para o encaminhamento às salas de AEE.

Ainda de acordo com a mesma autora, no município em 2011, havia um total de 15 salas em funcionamento sendo que uma delas foi montada inteiramente pela Secretaria de Educação Municipal. Mas ainda há muitos obstáculos a serem enfrentados, haja vista a dificuldade ainda enfrentada pela falta de informação e conhecimentos por parte das escolas que ainda veem o AEE como uma sala especial onde os alunos com dificuldades escolares devam estar (RODRIGUES, 2011).

Observa-se entretanto, que tais limitações ocorrem em todo o território brasileiro de acordo com a Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria 948/2007, entregue ao Ministério da educação em 2008, referindo que “(...) mesmo com essa perspectiva conceitual transformadora, as políticas educacionais implementadas não alcançaram o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos (p.11)”.

Como podemos notar, a história da educação especial em nosso município se confunde com a história de todo o País, sendo repleta de contradições, e estas, nos remetes a dificuldades gerais, como a urgente necessidade de melhoria do ensino, seja

por meio de investimentos em formação de professores, seja em investimentos materiais e tecnológicos.

2.3.2. Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga

Um dos Centros de Tratamento Especializados no tratamento de Deficiência Auditiva em Itapetininga, é a Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga, conhecida por AADAI. Trata-se de uma entidade filantrópica criada em 1997, com a finalidade de promover o desenvolvimento global e a inserção social de deficientes auditivos. Desenvolve ainda, ações voltadas ao desenvolvimento social, educação e saúde, além de estudos científicos na área da audição e apoio pedagógico para a Inclusão Escolar que tem como objetivo intervir positivamente no desenvolvimento da aprendizagem do deficiente auditivo e orientar a família para o acompanhamento da vida escolar da criança.

Realizam acompanhamento e tratamento de pessoas com deficiência auditiva de 05 a 18 anos. E apresentam como missão o oferecimento à criança e ao adolescente com deficiência auditiva a oportunidade de desenvolver seu potencial e o desenvolvimento global de crianças e adolescentes deficientes auditivos, promovendo a integração em todos os segmentos da sociedade.

Apresentam como Atividades ao público alvo:

1. Audiologia Educacional

Objetivo: intervir positivamente no desenvolvimento do deficiente auditivo e garantir a utilização apropriada de sistemas de amplificação auditiva sonora.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 18 anos.

2. Diagnóstico Audiológico

Objetivo: identificação e diagnóstico da deficiência auditiva.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 18 anos.

3. Ambulatório de Alto Risco

Objetivo: identificação precoce da deficiência auditiva pós natal e detecção precoce de alterações no desenvolvimento motor, da linguagem e cognição.

Público-alvo: bebês de 0 a 18 meses com histórico de risco para deficiência auditiva.

5. Serviço Social

Objetivo: apoiar e acompanhar os familiares para o enfrentamento das dificuldades encontradas devido à ocorrência da deficiência auditiva, principalmente aqueles com maior risco de vulnerabilidade social.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 21 anos e suas famílias.

6. Programa de Inserção Profissional

Objetivo: cadastramento, orientação e capacitação para o trabalho e inserção nas empresas.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 14 a 21 anos.

7. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Audição - NUPA

Objetivo: contribuir para o conhecimento científico na área da deficiência auditiva.

Público-alvo: profissionais de saúde e educação que atuam na área.

8. Capacitação Profissional

Objetivo: capacitar e orientar os profissionais que atuam na área da audição e deficiência auditiva por meio de cursos e estágios formadores.

Público-alvo: profissionais da saúde e educação que atuam com portadores de deficiência auditiva.

Como organização não governamental sem fins lucrativos, todos os atendimentos prestados são gratuitos à população (ADDAI, s.d, disponível em: www.aadai.org.br)

2.3.3. Fundação para o Estudos e Tratamento das Deformidades Craniofaciais – FUNCRAF – Itapetininga.

Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais (FUNCRAF) é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter assistencial e filantrópico, com sede em Bauru/SP. Atualmente, a FUNCRAF mantém três unidades de atendimento ambulatorial nas áreas de deficiência auditiva e fissura labiopalatina, sendo uma delas em Itapetininga.

Os atendimentos são 100% financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Apresenta como missão, permitir o acesso das pessoas com fissura labiopalatina e deficiência auditiva aos recursos e benefícios que promovam saúde, dignidade e bem estar social, direitos inalienáveis do ser humano.

Em seu projeto de trabalho, desenvolve atividades nas áreas de saúde, assistência social, ciência e tecnologia, pesquisa e formação de recursos humanos, voltadas aos portadores de fissura labiopalatal e deficiência auditiva, apoiando também seus familiares. Desenvolve ainda programas e projetos de reabilitação, educação e capacitação profissional em sua sede, no Centrinho/USP (com o qual mantém convênio).

Desenvolve ainda projetos em parceria com a rede educacional – municipal e particular- visando uma melhor adequação dos recursos tecnológicos de amplificação sonora, bem como de orientação aos professores e pais sobre a deficiência auditiva.

NO que se relaciona especificamente à deficiência auditiva, a FUNCRAF, realiza toda a triagem e acompanhamentos necessários para a adaptação de AASIs, encaminhamento para IC, bem como adaptação do sistema FM em nosso município.

Além da realização de terapias fonoaudiológicas e psicológicas para a reabilitação e reinserção de forma a diminuir problemas de autoestima e de isolamento social.

Assim, podemos observar que há em nosso município, embora a aparente falta de informações da SEADI, um programa que busca integrar os alunos com deficiência auditiva no ensino municipal regular, buscando não apenas sua inserção, mas de fato uma inclusão, com vasta rede de apoio para tal.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Tipo de Estudo

Utilizaremos em nosso Estudo, a pesquisa qualitativa e exploratória, com levantamento bibliográfico, e de referências, promovendo maior proximidade com o tema.

Investigando assim, o universo das crianças e adolescentes com deficiência auditiva do município de Itapetininga, incluídos no sistema educacional regular no município de Itapetininga, bem como as redes de apoio que fortalecem a inclusão destes.

Os dados coletados serão analisados durante a elaboração do trabalho monográfico, de forma crítica e sistemática, demonstrando com clareza os problemas enfrentados por durante este processo.

3.2. Elementos do Estudo

Serão analisados os sujeitos pertencentes à rede municipal de ensino, que estiverem matriculados e frequentando as aulas. Trata-se de crianças entre 6 e 12 anos de idade, independente ao sexo.

3.3. Instrumento e Processo de Coleta de Dados

Para a verificação de tais dados, será realizado um levantamento documental dos prontuários de cada criança regularmente matriculada e frequente no ensino regular através dos Centros Especializados no tratamento de DA (AADAÍ, FUNCRAF e AEE), na cidade de Itapetininga.

3.4. Tabulação e Análise

Após a coleta dos dados, será realizada uma comparação de cada crianças em relação ao ensino regular e ao tratamento especializado que recebe, mediante ao grau de deficiência auditiva apresentado.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise Crítica dos serviços prestados pela FUNCRAF – Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Cranio Faciais

No que tange às questões relacionado à FUNCRAF, podemos avaliar o que segue:

Trata-se de uma fundação, sem fins lucrativos que busca em sua excelência a humanização dos atendimentos oferecidos em fissura lábio palatina e deficiência auditiva.

De acordo com relatórios do sistema de atendimento interno, atualmente encontra-se em acompanhamento audiológico e de adaptação de Aparelho de Amplificação Sonora Individual 27 crianças e adolescentes do município de Itapetininga, com faixa etária de 3 a 12 anos. Destas, há 02 em fase de avaliação para o procedimento de implante coclear e 01 em uso do Sistema FM. Entretanto, todas as crianças farão uso do referido sistema, como forma a melhorar a adaptação e empenho escolar.

Todas as crianças estão em acompanhamento individual com a equipe interdisciplinar, sendo 08 frequentes de fonoterapia individual.

4.2 Análise Crítica dos serviços prestados pela AADAI – Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga

Na AADAI, há atualmente, segundo dados da própria Instituição, 15 crianças em atendimento fonoterápico individual. Esta demanda se relaciona pelo fato de algumas crianças terem disponibilidades de tempo diferentes para a realização da terapia.

A referida Instituição oferece ainda apoio pedagógico para a inclusão escolar.

4.3 Análise Crítica dos serviços prestados pela AEE – Apoio Educacional Especializado.

Não há dados exatos dos atendimentos do AEE no município, o que temos, são levantamentos dos prontuários dos pacientes – FUNCRAF e AADAI, onde constam as referida séries de cada criança. Atualmente estão incluídos no serviço 15 crianças.

4.4 Análise Crítica dos Serviços Apresentados

Diante o exposto, podemos verificar que a inclusão de crianças com deficiência auditiva no ensino regular de Itapetininga, ocorre de forma superficial ainda, tendo em vista a inexatidão das informações obtidas no AEE. Em relação aos serviços especializados no município, podemos avaliar que tanto a FUNCRAF quanto a AADAI, favorecem o processo inclusivo, posto que oferecem condições de uso de equipamentos e atendimentos técnicos especializados para a escolarização no ensino regular dos usuários.

4.5 Propostas de Melhorias

Acreditamos que a unificação de dados referentes a escolarização e os serviços utilizados pelas crianças em fase educacional municipal se faz importante em virtude da possibilidade de um olhar mais atento e crítico para os processos inclusivos. Tais dados nos permitiria compreender melhor a relação existente em os serviços especializados e o processo inclusivo na rede regular de ensino no município.

5. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Diante o exposto, pesquisas de campo que avaliem a eficácia desta inserção, bem como o manejo dos professores junto as salas de aula regulares se fariam importantes como forma a verificar como a inclusão realmente acontece e se ela ocorre de forma contínua.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os aspectos educacionais da inclusão no município de Itapetininga, nos faz perceber o imenso caminho que há ainda para ser percorrido.

Muitos tem se falado sobre a inclusão, mas ainda pouco se tem feito a respeito, se levarmos em conta que na maioria dos casos há apenas uma inclusão dos alunos com deficiências em salas de aula, sem um devido preparo deste professor para receber este aluno.

Não é um processo simples, muito menos fácil de se concretizar, entretanto, as políticas públicas embasam tais procedimentos, favorecendo assim um trabalho possível de ser realizado, entretanto pudemos observar que tem sido um processo falho e ineficaz.

Não sabemos bem ao certo, quantas crianças encontram-se inseridas na rede municipal de ensino, nem quantas são realmente frequentes ou ainda quantas realizam quantas realizam acompanhamentos técnicos especializados utilizando-se de tecnologias para uma melhor readaptação e reabilitação do processo auditivo.

São muitas as reflexões e os dados disponíveis até o momento não são seguros ou mesmo confiável, haja visto a inexistência de uma sistematização do processo inclusivo no município.

Ainda é imatura a inserção desses alunos e não podemos verificar quais são os ganhos e fica a sensação de que tudo poderia ser melhorado.

O fato de se ter uma rede de apoio estruturada aumenta as esperanças de que um dia, a inclusão seja feita de forma não imperiosa, por leis, mas de forma humanizada e com resultados mais satisfatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA K., SANTOS T.M.M. *Seleção e adaptação de próteses auditivas em crianças*. In: ALMEDIA, K., IORIO, M.C.M. *Próteses auditivas: fundamentos teóricos e aplicações clínicas*. São Paulo: Lovise; 2003. p.357-80.

BARREIRA-NIELSEN C., FUTURO NETO, H.A., GATTAZ, G. *Processo de implantação de Programa de Saúde Auditiva em duas maternidades públicas*. Rev Soc Bras Fonoaudiol. 2007;12(2):99-105.

BÉFI, D.; CARVALLO, R. M. M. Processamento auditivo central em alterações do desenvolvimento da linguagem. *Pró- Fono Revista de Atualização Científica*, v. 10, n. 2, p. 47-50, 1998.

BELLIS, T. J.; FERRE, J. M. Multidimensional approach to the differential diagnosis of central auditory processing disorders in children. *J. Am. Acad. Audiol.*, v. 10, n. 6, p. 319-328, 1999.

BÉRIA, J.U. et al. Perda auditiva incapacitante e fatores socio economicos: um estudo de base populacional em Canoas, RS, Brasil. IN: 19º Encontro Internacional de Audiologia; 2004 29/04-02/05; Bauru, São Paulo.

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Brasília/DF, jan. 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca (UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. **Decreto 6571/08** | Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93163/decreto-6571-08>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. Ministério Da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.**: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de

2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria para a Integração social da pessoa portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: SICORDE, 2004.

BUENO, J. G. Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política, Política Educacional e a Formação dos Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista 36 Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: Editora UNIMEP, v. 3, n 5, set. 1999, p. 7-25.

BUTUGAN, O; SANTORO, PP; ALMEIDA, ER; SILVEIRA, JAM; GRASEL, SS. Diagnóstico precoce da deficiência auditiva no primeiro ano de vida de crianças com alto risco através da audiometria de tronco cerebral. J Pediatria . (São Paulo) 2000;22(2):115-22.

CAPOVILLA, F.C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. *Brasileira de Educação Especial*, v.1, n6, 2000.

FERREIRA, L.P. *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca; 2004. In: COSTA, E.A., FERREIRA, R.P.I., MARI, A.R. Da necessidade de se identificar a deficiência auditiva na criança o mais cedo o possível. J Pediatr (Rio J) 1991;67:137-41.

GARCIA, V. L. *Avaliação do processamento auditivo em crianças com e sem distúrbios de aprendizagem*. 2001. 313 f. Tese (Doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana) - Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de

GIL, D.; BORGES, A. C. C.; SEGAL, S. Triagem auditiva e avaliação simplificada do processamento auditivo na escola. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE AUDIOLOGIA, 17.,2002, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2002. p. 56.

JACOB, R.T.; QUEIROZ-ZATTONI, M. Sistemas de Frequência Modulada. In: BEVILACQUA, M.C., MARTINEZ, M.A.N., BALEN, S.A., PUPO, A.C., REIS, A.C.M.B., FROTA, S. (orgs.). *Tratado de Audiologia*. 880 p. São Paulo: Editora Santos,

2011.

KNOTT, C. Universal newborn hearing screening coming soon: Hear's why. *Neonatal Netw.*2001;20:25-33.

NÓBREGA, M. Aspectos diagnósticos e etiológicos da deficiência auditiva em crianças e adolescentes. [tese de mestrado]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 1994.

NORTHERN, J. L.; DOWS, M.P. *Hearing in Children*. 3^a.ed. Williams & Wilkins: Baltimore; 1984. p. 89.

OLUSANYA, B.O., LUXON, L.M., WIRZ, S.L. *Detection of permanent childhood hearing loss in a developing country*.3 February 2005. Disponível em: URL: <http://www.saferhealthcare.org.uk/ihl>.

PÁDUA, FGM; MARONE, SAM; BENTO, RF; CARVALLO, RM; DURANTE, A; SOARES, JCR; et al. Triagem auditiva neonatal: um desafio para sua implantação. *Arq Int Otorrinolaringol*. 2005;9(3):189-94.

RODRIGUES, Bruno Sávio Pereira. Bolsa Família: análise da aplicação desta política pública na cidade de Santa Rita/PB. 2011. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SCHOCHAT, E. Avaliação do processamento auditivo central em crianças com dificuldades de aprendizagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FONOAUDIOLOGIA, 4., 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n], 1999. p. 349.

SILVEIRA JAM. Estudo da deficiência auditiva em crianças submetidas a exames de potenciais auditivos: etiologia, grau de deficiência e precocidade diagnóstica. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Medicina da USP; 1992.

SILVEIRA, JAM; SILVEIRA, AM; BENTO, RF; BUTUGAN, O; MINITI, A; ALMEIDA, ER. Potenciais evocados auditivos (EcoG e/ou BERA) em 2545 crianças com suspeita de disacusia e/ou distúrbios de comunicação. (estudo da etiologia, graus

da deficiência auditiva e precocidade do diagnóstico). Rev Bras Otorrinolaringol. 1996;62:388-408.

SKINNER, M. W. (1978) *The hearing of speech during language acquisition*. Otolaryngologic Clinics of North America, 11, 631-650.

SMITH, A. *Preventing deafness: an achievable challenge*. The WHO perspective. International Congress Series 2003; 1240:183-91.